

## DIÁLOGO ENTRE ANTAGÔNICOS: ATÉ QUE PONTO É POSSÍVEL?

Carlos Eduardo Moreira <sup>1</sup>

### Resumo

Este texto reúne um conjunto de reflexões sobre a possibilidade ou não de diálogo entre os chamados *antagônicos*, considerando os desafios de negociação de conflitos entre aqueles que defendem projetos distintos de sociedade e de mundo. Esse antagonismo é entendido como parte de um processo de desumanização sofrido pelas pessoas, com o estabelecimento de formas diversas de opressão existentes no mundo. Nessa perspectiva, entende-se que o diálogo entre “diferentes” e “antagônicos” pode contribuir para a construção de políticas públicas e alternativas necessárias para o atendimento de dívidas sociais que põem em risco a própria sobrevivência de um terço de toda a humanidade. Para isso, é fundamental estabelecer formas de negociação, que sejam coerentes com a ética humanista e garantam conquistas graduais para a construção de uma nova sociedade.

Palavras-chave: Diálogo. Antagônicos. Humanização.

### Palavras iniciais

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia do mundo*, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda (...) Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’, ou são ‘nativos inferiores’?  
(FREIRE, 1987, p. 80)

Nos últimos cinco anos, o Governo Federal criou inúmeros espaços de discussão e debate para definir estratégias e prioridades de investimento no campo das políticas públicas, especialmente na área rural, com os chamados colegiados de gestão social dos planos de desenvolvimento territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)<sup>2</sup>, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para os municípios caracterizados como eminentemente rurais, que apresentam o menor Índice de

---

<sup>1</sup> Psicopedagogo, Mestre em Educação e professor da UnC - Campus Canoinhas, em Santa Catarina.

<sup>2</sup> REFERÊNCIAS PARA A GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS. Brasília: SDT/MDA, 2006.

Desenvolvimento Humano (IDH). Os colegiados reúnem grupos, setores, associações, organizações e instituições públicas de várias regiões do país, com a participação de inúmeras prefeituras municipais, com “diferenças” e até “antagonismos” de projetos de sociedade.

A pretensão da SDT é que a discussão e o debate entre diferentes (vinculados ao mesmo projeto ideológico-político) e antagônicos (defensores de projetos ideológico-políticos contrários) possam assumir formas dialógicas. Ou seja, que a defesa de interesses individuais e corporativos dêem lugar ao diálogo efetivo sobre quais são as verdadeiras prioridades e definições que tenham um *resultado público*, com o benefício para a maioria da população envolvida, especialmente os mais pobres. Em princípio, o que se espera é que com a presença de um número expressivo de representantes da sociedade civil, do empresariado, das ONGs e do Estado (tanto do governo local, como estadual e federal), a partir de um diálogo aberto e franco e, por isso, tenso e democrático, prevaleça o interesse da maioria da população.

Essa proposta dialógica, em nosso entender, é uma tarefa extremamente complexa e é um pressuposto político-filosófico fundamental para a efetivação de uma sociedade democrática, com o diálogo num só lugar entre os “diferentes” e os “antagônicos”. A complexidade está na possibilidade e no desafio do estabelecimento de consensos sobre quais devam ser as ações a serem assumidas pelo poder público a curto, médio e longo prazo, de acordo com as necessidades mais urgentes e mais estratégicas para o desenvolvimento humano de cada município<sup>3</sup>.

Na perspectiva de Freire (1987), o diálogo deve ser compreendido nas dimensões epistemológica, sociopolítica e existencial, como uma tarefa humana e humanizadora que desafia todas as culturas humanas a dialogarem e, também no interior de cada uma delas, a exercitar e oportunizar a humanização das pessoas. Essa tarefa é também um dos maiores desafios na história da humanidade, em função da presença da opressão entre pessoas, grupos, classes, sociedades e civilizações.

---

<sup>3</sup> É pensar não somente em termos de renda, mas preponderantemente em termos das condições de existência das pessoas que incluiu, entre outras coisas, as questões da saúde, nutrição, mortalidade infantil, educação, água potável, lazer, e meio ambiente; além da questão da equidade e igualdade de direitos entre os diferentes grupos sociais e sexos, o respeito aos meios naturais e isso tudo tendo em vista a possibilidade de uma existência digna também para as futuras gerações.

Assim, pensar o diálogo como um instrumento de mediação entre pessoas, numa relação horizontal é, antes de tudo, problematizar e dialetizar o próprio existir da humanidade que, como bem aponta Freire (1981), tem vivido diferentes formas de opressão e negação da possibilidade de um diálogo franco e aberto na direção de transformar a realidade e mudar o mundo. Como adverte Freire, há atualmente uma ideologia tecnicista propalada pelos meios de comunicação de que deve haver *menos conversa e mais resultados* (FREIRE, 2000). Ou seja, menos diálogo, menos problematização e participação dos oprimidos nos processos decisórios e na luta por sua emancipação.

Do ponto vista epistemológico, entende-se que Freire (1994) consegue explicitar com muita clareza que o *aprender efetivo* não é um mero acúmulo de saberes considerados socialmente válidos e transmitidos por “aqueles que sabem”. Se fosse assim, teríamos uma relação autoritária e limitadora da vocação ontológica de o ser humano “ser mais”, denominada como *educação bancária*, e o papel da educação seria reduzido à adaptação das pessoas ao mundo e à domesticação de sua consciência.

Diferentemente, o aprender impõe o reconhecimento de todos como educandos e educadores, como sujeitos cognoscentes e históricos, que juntos podem *pronunciar o mundo* e dizer a sua palavra, a partir de uma reflexão profunda sobre diferentes conhecimentos que garantam a inteligibilidade da vida. O valor dessa idéia é fundamental e reconhecida na Psicologia do Desenvolvimento, destacando-se a obra de Piaget (BECKER, 1993), como sendo um dos pressupostos básicos para a construção do conhecimento e o desenvolvimento sociocognitivo do ser humano, especialmente pelo fato de que o raciocínio, o pensar, se aperfeiçoa com o movimento dialético entre o real e o teórico, tendo como “ponto de partida e chegada” o contexto de vida das próprias pessoas.

Do ponto de vista sociopolítico, o diálogo entre as pessoas é um caminho pedagógico que leva à reflexão da própria condição humana no mundo. Uma leitura, um pensar que desafia as pessoas a dialogarem sobre o sentido e os vários significados da existência no mundo. E não se esgota no encontro de homens e mulheres, mediatizados pelo mundo, para expressarem a sua palavra. Ele se “prolonga” como *práxis política* resultante da conscientização das pessoas envolvidas, em busca de “ser mais” e libertar-

se das várias formas de opressão humana, tanto para o oprimido como para o próprio opressor.

Para os que tentam efetivar o diálogo, como um processo de reconhecimento do Outro e do autoconhecimento, segundo Freire (1987), há algumas condições básicas que precisam existir: humildade (reconhecimento da incompletude humana e da diferença entre as pessoas), amor aos homens e fé nos homens e no mundo (supressão da relação de dominação e geração de confiança), esperança (vocação de ser mais e intervenção utópica no mundo) e o pensar verdadeiro (solidariedade entre mundo-homens e compreensão da processualidade da realidade).

Além dessas condições básicas, é fundamental destacar que a *participação política* em processos decisórios, especialmente em regimes democráticos, como é caso do Brasil, também são *aprendizados em relação*, que ampliam o diálogo e a possibilidade de sínteses conclusivas (alternativas e soluções) sobre dilemas e problemas individuais e coletivos.

Como exemplo, há uma história muito significativa de uma liderança do Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), da região oeste de Santa Catarina, que teve oportunidade de conhecer em um evento organizado pelo Movimento na cidade de Caçador, Santa Catarina, em abril de 2005.

A liderança contou que antes de ingressar no Movimento vivia numa relação de opressão com os seus pais, filhos, marido e o próprio Estado: “Só sabia obedecer e tentava agradar os outros”. Com a frequência a cursos, reuniões e encontros de Educação Popular promovidos pelo próprio Movimento, pôde discutir temas diversos, tais como: sexualidade, família, direitos trabalhistas da mulher, história familiar e regional, medicina familiar, política partidária, entre outros. Essas discussões provocaram crises tremendas e tentativas de desistência da sua participação no Movimento. Com muita insistência e até sofrimento, segundo ela, “enfrentou” a sua história e entendeu que ela, a liderança, não era o “problema”, a “culpada”. Mas que havia urgência em questionar o seu projeto de vida e trabalhar, como ela disse, para “retirar” idéias/convicções religiosas, políticas e culturais que a oprimiam. Essa “saída” provocou mudanças drásticas e conflituosas com os outros, na busca de restabelecer novas relações sociais com filhos, pais, marido, classe política, religiosos, amigos e parentes. A partir daí, segundo ela, também aconteceram mudanças muito positivas na

sua vida pessoal e familiar, sentido a melhoria na sua auto-imagem, bem como um acompanhamento mais eficaz das atividades do Movimento e, principalmente, nos debates sobre o destino de sua comunidade.

Do ponto vista existencial, o diálogo atua como uma via de mão dupla. Numa direção, temos a possibilidade do reconhecimento de cada pessoa da sua incompletude humana, do não saber sabido que nos “lança” para a busca de saber mais. O reconhecimento, da nossa condição humana e condicionamento a uma dada realidade que não é imutável, nem determinada, como aponta Freire em várias obras (1987, 1994, 1997, 2000), mas passível de construção como homens e mulheres novos. Noutra direção, a partir da (re) descoberta do se pensar como um ser no mundo e um ser de relações, da conscientização como um ser “inventado” neste e por este mundo, somos “lançados” na direção dos outros, para, com eles, buscarmos alternativas e soluções dos problemas e desafios que só podem ser resolvidos coletivamente. Como exemplo, temos os conhecidos problemas sociais, que têm a ver com a falta de moradia, a falta de trabalho e emprego, a explosão da violência social, a precariedade dos serviços públicos, especialmente na área de saúde, entre outros.

Nesse “encontro” ou até “desencontro”, nos deparamos com pessoas, grupos, organizações e instituições que possuem propostas diversas e até antagônicas - projetos diferentes e contrários -, que, numa sociedade formalmente democrática como a nossa, precisamos conhecê-las e problematizá-las. Com isso, os “mais iguais” logo vão se aproximar e defender seus pontos de vista. Já os “diferentes” precisam de um tempo para “se acertarem”, estabelecerem acordos. Em relação aos “antagônicos”, há necessidade não só de tempo maior, como uma capacidade maior de problematização e negociação. Até porque, um dos objetivos do diálogo freireano em processos de construção coletiva de políticas públicas é produzir *unidade na diferença*, que demarca um campo de possibilidades e acordos.

Creio que chegamos ao ponto central. O que podemos negociar que não nos afaste do nosso compromisso com a vida e a *causa dos oprimidos*?

É evidente que, se negociarmos os nossos pressupostos, as nossas crenças e objetivos, estaremos sendo corrompidos e seremos coniventes com práticas sociais que condenamos. A coerência ético-política, segundo Freire (2000), nos desafia a assumir a *denúncia* de todas as formas de opressão no mundo e o *anúncio* da possibilidade de

construção de um novo projeto de sociedade, diferente do projeto hegemônico atual fundamentado na opressão, na exclusão da maior parte da humanidade e na defesa intransigente da ética do mercado, considerada necrófila e desumana.

Na busca da efetivação de uma formação libertadora e preparadora para a construção de uma nova sociedade, o diálogo é o principal meio e prática social de um projeto formativo que se pretenda libertador: tanto da ignorância (do não saber das pessoas), como das diferentes formas de dominação e exclusão sociais existentes no mundo atual.

E para essa formação libertadora, é fundamental o reconhecimento da diversidade cultural existente nas regiões do Brasil e no mundo. Uma diversidade cultural que se traduz em diferentes concepções de realidade e práticas culturais, resultantes de diferentes *trajetórias sociais de pessoas e grupos*<sup>4</sup>, nas quais estão sempre presentes as ações interventoras das instituições sociais e a internalização de papéis sociais, de modelos de comportamentos. Essa função conservadora das instituições sociais e a construção de modelos de comportamentos são os parâmetros para compreensão da realidade. Parâmetros que precisam ser problematizados por meio de um diálogo horizontal e direto, de uma explicitação de cada humanidade existente, com as suas concepções e experiências que deverão ser confrontadas com novos saberes e novas necessidades colocados pelo contexto atual.

Nessa perspectiva, o dialogar se expressa na ação efetiva das pessoas em construir uma *relação de confiança recíproca*, que seja amorosa e comprometida com o cultivo de valores democráticos e humanizadores. Uma relação pedagógica que, por ser amorosa e fraterna, permita que as pessoas revelem a sua subjetividade, a sua cultura, as suas concepções e o seu saber, para que o processo de aprender parta do que realmente existe, do que as pessoas demonstram ser e dizem querer. Nesse encontro, o sentido da dialeticidade do conflito de idéias, de posicionamentos sobre “as coisas do mundo” são necessários e educativos para todos, em oposição à idéia da unanimidade e aceitação silenciosa da palavra do Outro.

---

<sup>4</sup> Peter Beger, *Perspectivas sociológicas - uma visão humanista*, 18ª ed., Petrópolis/RJ, Vozes, 1995.

O aprendizado de um novo conhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas só acontecem nas pessoas como resultante da ação efetiva sobre um objeto significado por elas. Ou seja, os sujeitos-educandos interagem com um objeto de aprendizado que lhe permite pensar as coisas com as quais vivem, contribuindo para uma gradual superação de determinismos falsos e abstratos, que imobilizam a sua ação transformadora sobre o mundo. Como afirma Kosik (1985, p. 206), “Conhecemos o Mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os ‘criamos’, isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente”.

### **Palavras finais**

Assim, o diálogo entre homens e mulheres também se constitui em uma tentativa de humanização dos opressores e na luta pela sobrevivência dos oprimidos que, estrategicamente, em alguns casos, exige o diálogo entre os antagônicos, como afirma Freire (1997, p. 93 e 94),

...[há] a possibilidade de acordos, de acertos entre as partes antagônicas. Os acordos fazem parte igualmente da luta. Há momentos históricos em que a sobrevivência do todo social coloca às classes a necessidade de se entenderem, o que não significa, repitamos, estar-se vivendo um novo tempo histórico vazio de classes sociais e de seus conflitos. Um novo tempo histórico sim, mas em que as classes sociais continuam existindo e lutando por interesses próprios.

Em nosso entender, esse diálogo entre antagônicos tem sido o grande investimento na gestão das políticas públicas, por meio de negociação de conflitos e interesses, em *espaços de concertação* institucionalizados pelo próprio Governo Federal.

Essa nova forma de administração da coisa pública, com a criação de novas institucionalidades (colegiados, comitês, conselhos, grupos de trabalho, fóruns, entre outros), com poder de decisão e ampla representação social, desafia-nos a pensar se o diálogo com os antagônicos é “algo possível para o momento”, “algo estratégico para a sobrevivência”, apesar de não resolver todos os problemas e antagonismos. Isso porque existem projetos políticos em disputa, que não são conciliadores e só existem em função da negação ao outro. É o caso do projeto neoliberal para a educação básica brasileira, que tenta subordinar o processo formativo às demandas atuais do mercado capitalista.

Em contraposição, os movimentos sociais, as entidades populares e os sindicatos dos trabalhadores postulam uma educação emancipatória, comprometida com uma formação humanizadora, que prepare as pessoas para a vida, em todas as suas dimensões, inclusive, para o ingresso e a permanência no mercado de trabalho de uma economia solidária<sup>5</sup> (SINGER, 2002).

Seja como for, nesses novos espaços há possibilidades efetivas de avanços e melhorias para a população, por meio da construção de ações conjuntas que produzam resultados e tenham um caráter público. Ao mesmo tempo, o diálogo entre os diferentes e os antagônicos pode fortalecer *a luta maior* contra todas as formas de opressão e domínio que impedem as pessoas de serem mais e terem alegria de viver.

### Referências

- BECKER, Fernando. Ensino e construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante. *Educação & realidade*. Porto Alegre, V. 18, nº 1, p. 43-52, Jan./Jun.1993;
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994;
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997;
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação - cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000;
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 3ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1985;
- SINGER, Paul. Economia solidária. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Boaventura de Sousa Santos, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81 – 129.

---

<sup>5</sup> A constituição da economia solidária faz parte de um processo histórico-econômico mais amplo, que não se reduz, apenas, na forma de produzir a sobrevivência das classes pobres, mas sim, de (re) fundar as relações sociais e (re) definir a forma de viver, com a possibilidade da construção de um novo ethos cultural e de uma nova cultura do trabalho.